

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

ANÁLISE DO PERFIL DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GOIÁS

Rogers Kazuo Rodrigues Yamamoto, Danize Eukales Menezes Lugo, Davi Vinicius de Lima,
Kamylla Guedes de Sena, Polyana Cristina Vilela Braga

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3440>

Submetido em: 2022-01-05

Postado em: 2022-01-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ANÁLISE DO PERFIL DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GOIÁS

PROFILE ANALYSIS OF CHILD VIOLENCE IN THE MUNICIPALITY OF GOIÂNIA-GOIÁS

Danize Eukales Menezes Lugo *

Davi Vinicius de Lima **

Kamylla Guedes de Sena ***

Rogers Kazuo Rodrigues Yamamoto ****

Polyana Cristina Vilela Braga *****

* Danizelugo@discente.ufg.br; Universidade Federal de Goiás. Programa de pós-graduação em medicina tropical e saúde pública, instituto de patologia tropical e saúde pública, Goiânia, GO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7153-3459>.

** davi.vinicius@discente.ufg.br; Associação de Combate ao Câncer de Goiás, Goiânia, GO, Brasil; Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6936-0229>

*** kamylla_g.s@hotmail.com; Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil; Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8345-9981>

**** kazoyashi@gmail.com; Secretaria Municipal de Saúde, Goiânia, GO, Brasil; Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1634-4081>

***** Polyanabraga@discente.ufg.br; Secretaria Municipal de Saúde, Goiânia, GO, Brasil; Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4620-604X>

Autor para correspondência:

- Rogers Kazuo Rodrigues Yamamoto

- Endereço para correspondência: Rua 235, Setor Universitário, Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74605050, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Departamento de Saúde Coletiva.

- Telefone: (62) 3209-6124/ (62)99545 - 8080

- E-mail: kazoyashi@gmail.com; rkazuo@discente.ufg.br

Agradecimentos:

À Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, em especial à Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes da Superintendência de Vigilância em Saúde e à Diretoria de Políticas Públicas de Saúde, pelo apoio e suporte técnico na condução do presente trabalho e pelo compartilhamento das bases de dados codificados e anonimizados para o desenvolvimento das análises.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte e apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública por todo apoio e orientação pedagógica.

Contribuição dos autores: Yamamoto, R.K.R; Lima, D.V; Sena, K.G; Lugo, D.E.M e Braga, P. C.V delinearam o estudo, analisaram e interpretaram os resultados e fizeram a redação final. Yamamoto, R.K.R. executou a análise dos dados e georreferenciamento das notificações dos casos de violência.

Conflitos de Interesse: Nada a declarar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE PATOLOGIA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEDICINA TROPICAL E SAÚDE
PÚBLICA

**ANÁLISE DO PERFIL DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-
GOIÁS**

Danize Eukales Menezes Lugo, Davi Vinícius de Lima, Kamylla Guedes de Sena, Rogers
Kazuo Rodrigues Yamamoto e Polyana Cristina Vilela Braga.

Resumo: A violência infantil é considerada um grave problema de saúde pública, e com isso diversos esforços são realizados na tentativa de solucionar esta situação. O presente estudo objetivou caracterizar os aspectos sociodemográficos relacionados a violência infantil no município de Goiânia-GO e verificar a distribuição espacial e tendência temporal em relação às diferenças do número de notificações de violência infantil. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, baseado nas notificações de violência disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET), contra crianças na faixa etária entre 0 e 11 anos, 11 meses e 29 dias, ocorridas no município de Goiânia/Goiás, no período de 2010 a 2021. Os resultados apontaram para a maior prevalência de notificações da violência por negligência. Em relação às violências estudadas, as crianças de 1 a 3 anos as mais acometidas, do sexo feminino, o principal local de ocorrência é a residência da vítima e as regiões periféricas do município de Goiânia-GO foram mais sensíveis a violência infantil. Diante dos achados as crianças estão expostas a violências de diversas formas, tendo o período de crescimento e desenvolvimento ameaçados pelo evento de violência.

Palavras-chave: Violência Infantil; Saúde Pública; Sistemas de Informação em Saúde; Serviços de Saúde, Epidemiologia.

PROFILE ANALYSIS OF CHILD VIOLENCE IN THE MUNICIPALITY OF GOIÂNIA-GOÍÁS

Danize Eukales Menezes Lugo, Davi Vinícius de Lima, Kamylla Guedes de Sena, Rogers
Kazuo Rodrigues Yamamoto and Polyana Cristina Vilela Braga.

Abstract: Child violence is considered a serious public health problem, and with this several efforts are made to solve this situation. This study aimed to characterize the sociodemographic aspects related to child violence in the city of Goiânia-GO and to verify the spatial distribution and temporal tendency in relation to the differences in the number of notifications of child violence. This is a descriptive-analytical study, based on the notifications of violence available in the Notifiable Diseases Information System (SINAN NET), against children aged 0 to 11 years, 11 months and 29 days, which occurred in the municipality of Goiânia/Goiás, from 2010 to 2021. The results pointed to the higher prevalence of reports of violence by negligence. In relations with the violence studied, children aged 1 to 3 years, the most affected, female, the main place of occurrence is the victim's residence and the peripheral regions of the municipality of Goiânia-GO were more sensitive to child violence. In view of the findings, children are exposed to violence in various ways, and the period of growth and development is threatened by the event of violence.

Keywords: Child Violence; Public Health; Health Information Systems; Health Services; Epidemiology.

INTRODUÇÃO

A violência infantil é considerada um grave problema de saúde pública, e com isso diversos esforços são realizados na tentativa de solucionar esta situação. Para compreender a violência e enfrentá-la, devemos primeiro entender o que relaciona violência e saúde dentro de um contexto que engloba, condição, situação e estilo de vida (KRUG et al., 2002).

Desde o início da década de 1980, profissionais de diversas áreas, pesquisadores e órgãos públicos têm somado esforços para entender as raízes da violência e evitar que ela ocorra, entretanto, para poder inferir qualquer abordagem global sobre abuso infantil, é necessário compreender e levar em consideração que a cultura é o fundo comum que rege as crenças e comportamentos dos indivíduos e neles se expressam os diferentes padrões e expectativas relacionadas com o comportamento parental, desta maneira a cultura ajuda a definir os princípios normalmente aceitos sobre quais atos são considerados abuso e negligência (VIOLÊNCIA FAZ MAL À SAÚDE, 2004).

Segundo o entendimento proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo violência é definido como *“o uso intencional da força e do poder físico, de fato ou como ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”* (WHO, 2002). No Brasil, a constituição federal de 1988, sintetiza os direitos das crianças e adolescentes no art. 227, que afirma: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*.

Assim como, a sua regulamentação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069/90, que se traduz a determinação política dos princípios da doutrina de proteção integral, a qual parte da compreensão que as crianças e adolescentes devem ser vistos como cidadãos plenos, em fase de desenvolvimento físico, psicológico e moral.

A violência contra criança e adolescente é *“todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e adolescente que, sendo capaz de causar, à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e por outro lado, numa coisificação da infância, isto é,*

numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

As manifestações de violência infantil são descritas em quatro categorias: negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico. Abuso/violência física definida como “atos de agressão que podem ir de uma palmada a um espancamento, deixando ou não marcas físicas, mas deixando com certeza marcas psíquicas e afetivas; podendo causar inclusive morte” O uso intencional da força física por um adulto, seja este membro da família ou não, é uma das manifestações de violência infantil comumente reportadas pelos serviços de atendimento à saúde (FERRARI et al., 1994).

Cabe também destacar que as consequências dos atos de violência, vão além dos que são visivelmente perceptíveis como hematomas ou ferimentos, muitas vezes os danos se perpetuam levando a traumas, sequelas temporárias ou permanentes, incapacitando física ou emocionalmente aquele indivíduo em formação, o que se traduz no aumento dos gastos com saúde, já que leva a necessidade de atendimentos médicos multidisciplinares (VIOLÊNCIA FAZ MAL À SAÚDE, 2004).

Abuso/violência sexual cuja definição é “atos praticados por adultos, muitas vezes incestuosos, se valendo da confiança da criança ou adolescente e da aplicação de ameaças ou de sedução para lograr seu objetivo; não sendo exclusivo do ato genital para configurar o abuso pois gera grande consequências emocionais para as vítimas” (FERRARI et al., 1994), neste tipo de abuso é considerado agressor o indivíduo que se encontre em um estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a vítima, e o ato que pode ser por estimulação sexual consumado ou não (exibicionismo, toques, carícias, etc.) visa a obtenção de satisfação sexual (VIOLÊNCIA FAZ MAL À SAÚDE, 2004).

Abuso/violência psicológica dificilmente aparece nas estatísticas o que não significa que o mesmo traga consigo grandes impactos para o desenvolvimento psicossocial do infante, onde muitas vezes é cobrado da criança ou adolescente suprir as necessidades psíquicas do adulto (Violência Faz Mal à Saúde, 2004); é definida como os “atos de depreciação, humilhação, ameaças, impedimentos e ridicularizações que geram um sentimento de menos valia, causando grande sofrimento mental e afetivo” (FERRARI et al., 1994).

Negligência pode ser de forma proposital onde à “expressão de um desleixo propositalmente infligido, onde não há os cuidados necessários para o desenvolvimento físico,

moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional” (FERRARI et al., 1994), como exemplo temos o abandono, privação de medicamento e ao acesso de atendimento à saúde assim como os cuidados com a higiene pessoal; ou quando a família é vítima de desassistência social (negligência institucional) (VIOLÊNCIA FAZ MAL À SAÚDE, 2004).

Apesar da violência infanto-juvenil ser reconhecida como um problema de saúde pública e mesmo com todas as iniciativas políticas tomadas para o enfrentamento desta problemática, na atualidade o maior desafio é implementar estratégias para quebrar este ciclo, uma vez que este tipo de violência acaba sendo frequentemente acobertado, seja por motivos culturais, sociais ou políticos. Pautas como prevenção, detecção precoce e tratamento apropriado devem ser urgentemente incluídas nas discussões de políticas públicas (JANEIRO, 2018).

Nesse sentido, tanto o atendimento e acompanhamento dos casos, quanto o monitoramento dos padrões e tendências das notificações de diversas modalidades de violência, constituem em importantes medidas e estratégias de enfrentamento do problema por parte dos gestores públicos e autoridades governamentais, uma vez que as informações processadas e levantadas, no âmbito da notificações, podem contribuir de modo significativo para o direcionamento da atenção adequada e otimização dos recursos disponíveis pelos sistemas de saúde (DERMINDO, 2019; FIOCRUZ, 1993).

A infância é uma etapa do ciclo vital do sujeito de muita relevância para o desenvolvimento físico, mental e social. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), conceitua-se criança como sujeitos de até doze anos incompletos e adolescentes as que possuem idade de doze a dezoito anos (BRASIL, 1990).

De acordo com o levantamento de dados dos últimos dez anos disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) observa-se uma diminuição dos números de notificações no ano de 2020, o que nos leva a acreditar que devido a pandemia global de Covid-19 que levou ao isolamento das pessoas para conter a propagação do vírus, levando ao afastamento das salas de aulas e forçando o convívio dos infantes, sobre fatores estressantes nos lares, se expressou em uma sub notificação compulsória em todo o país.

Diante desse contexto, o presente estudo objetivou caracterizar os aspectos sociodemográficos relacionados a violência infantil no município de Goiânia-GO e verificar a

distribuição espacial e tendência temporal em relação às diferenças do número de notificações de violência infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo-analítico, baseado nas notificações de violência contra crianças na faixa etária entre 0 e 11 anos, 11 meses e 29 dias, ocorridas no município de Goiânia/Goiás, no período de 2010 a 2021. A base de dados foi produzida a partir do preenchimento da ficha de notificação "Violência doméstica, sexual e/ou outras violências", disponível no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET). Todos os serviços de saúde, centros de referência para violências, ambulatórios especializados, dentre outros, são responsáveis pela notificação dos casos. As secretarias municipais de saúde dos municípios de ocorrência do agravo realizam o processamento dos dados no sistema de informação e, posteriormente, a transferência dos mesmos para a esfera estadual e federal, de modo a compor a base de dados nacional.

Foram selecionadas as seguintes variáveis para avaliação: (1) características demográficas da vítima/pessoa atendida (sexo, idade, raça/cor da pele, presença de deficiência ou transtorno e região de moradia); (2) características da ocorrência (se ocorrido no domicílio, violência de repetição, natureza da lesão, segmento corporal atingido); (3) tipo de violência e (4) Características do agressor (vínculo com a vítima).

As análises descritivas das estratificações da violência infantil, segundo ano de notificação, tipologia, sexo e faixa etária das vítimas bem como local de ocorrência, foram realizadas pelo programa de análises estatísticas STATA SE, versão 17.

Os dados foram obtidos a partir do banco de dados SINAN e em parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Goiânia-GO, sendo utilizados para realizar o processamento desses dados os softwares STATA SE, versão 17 e Excel para obtenção de planilhas e gráficos, por outro lado, para gerar os mapas de georreferenciamento dos bairros de ocorrência segundo notificação de violência, foi utilizado o software Terraview.

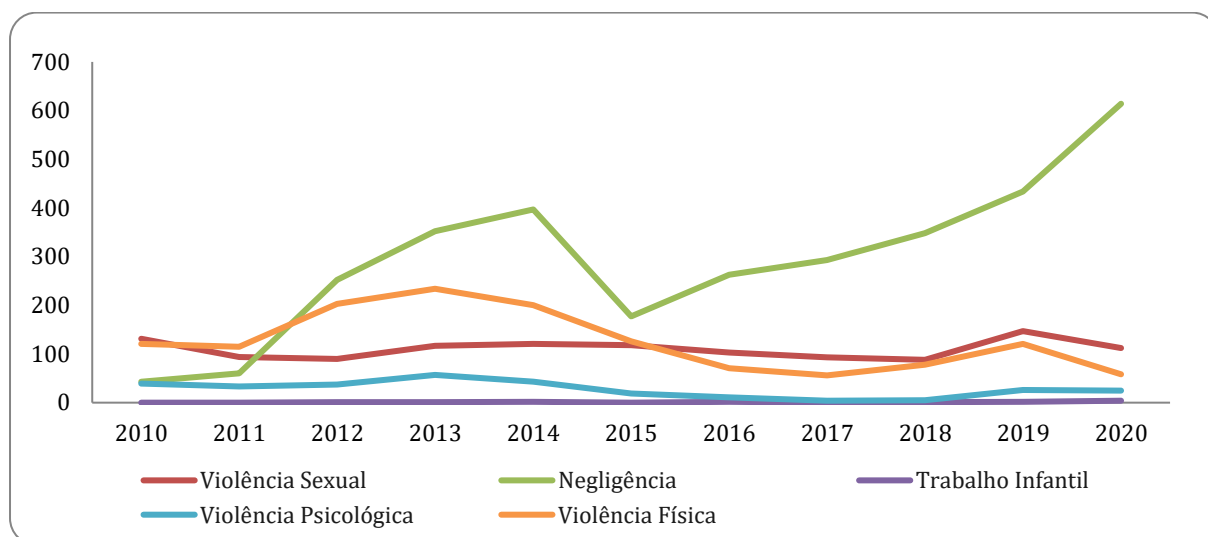
Por se tratar de uma ação permanente de vigilância epidemiológica instituída pelo Ministério da Saúde em todo o território nacional, com utilização de dados secundários obtidos a partir das bases dos Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), não foi necessário emitir termo de consentimento livre e esclarecido. Porém, foram garantidos o

anonimato e a confidencialidade das informações nos registros para preservar a identidade dos indivíduos que compunham a base de dados analisada, conforme preconizado pela resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os dados foram obtidos junto à Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia em base anônima, não identificada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os dados obtidos a partir do banco público SINAN, relacionados a violência infantil em quatro categorias principais, negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico. No período de 2010 a 2020, foram registrados no SINAN, cerca de 6142 notificações de casos de violência contra a criança ≤ 12 anos (figura 1).

Figura 1: Notificações dos Principais Tipos de Violência Infantil segundo ano de notificação, Goiânia – GO, no período de 2010 a 2020.



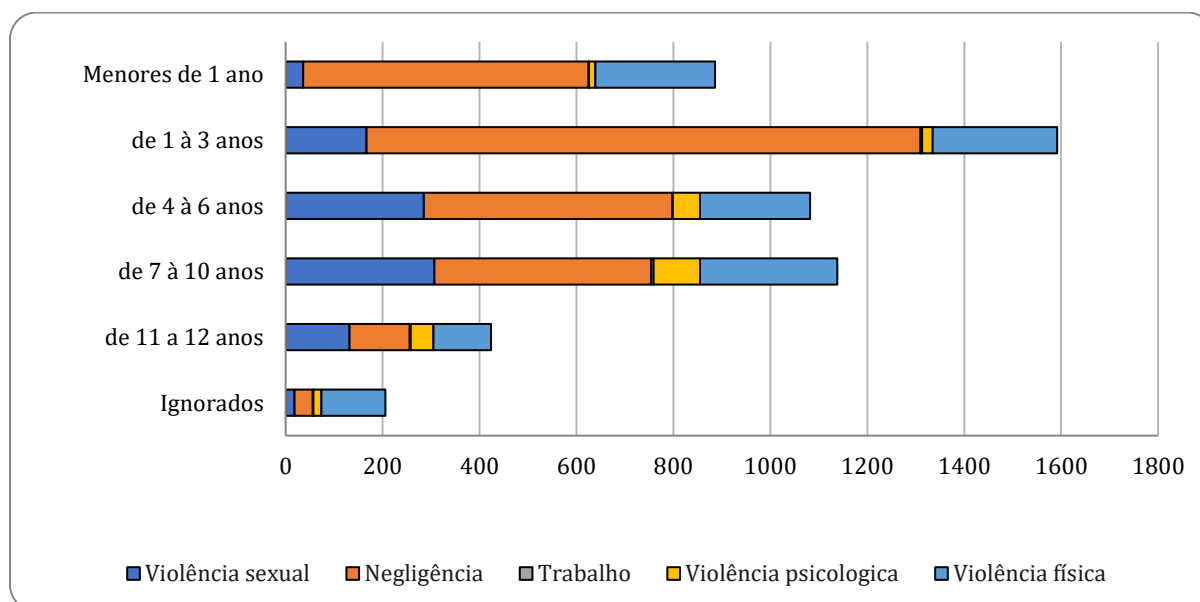
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que a negligência tem um destaque de crescimento considerável em relação aos outros tipos de violência infantil. A negligência infantil é a violência mais recorrente em crianças e adolescentes, sendo assim um relevante problema de saúde pública e uma prioridade no cenário de investimentos para a formulação de políticas públicas em todo o mundo (PASIAN et al., 2013).

Esse cenário pode acontecer em reflexo a insuficiência familiar para prover os recursos socioeconômicos e garantir acesso às condições de manutenção básicas de vida, bem como as desigualdades sociais e o insuficiente investimento em políticas públicas de proteção aos direitos das crianças no Brasil, o que promove uma diferença significativa entre as camadas sociais no país (MATA; SILVEIRA; DESLANDES, 2017). Nesse aspecto, as informações pelo georreferenciamento das violências por negligência notificados em Goiânia, corroboram com essa perspectiva social, na medida em que se observa maior concentração de notificações de ocorrências em bairros periféricos do município (figura 6a).

Na figura 2 são apresentados os dados em relação à faixa etária conforme o tipo de violência que a criança foi exposta, no período de 2010 a 2020. A idade foi dividida em faixas etárias sendo 40,3 % entre 0 a 3 anos, 17,3 % entre 4 a 6 anos, 18,5 % entre 7 a 10 anos e 6,9 % entre 11 a 12 anos.

Figura 2: Notificações dos Principais Tipos de Violência Infantil, de acordo com a Faixa Etária, Goiânia - GO.



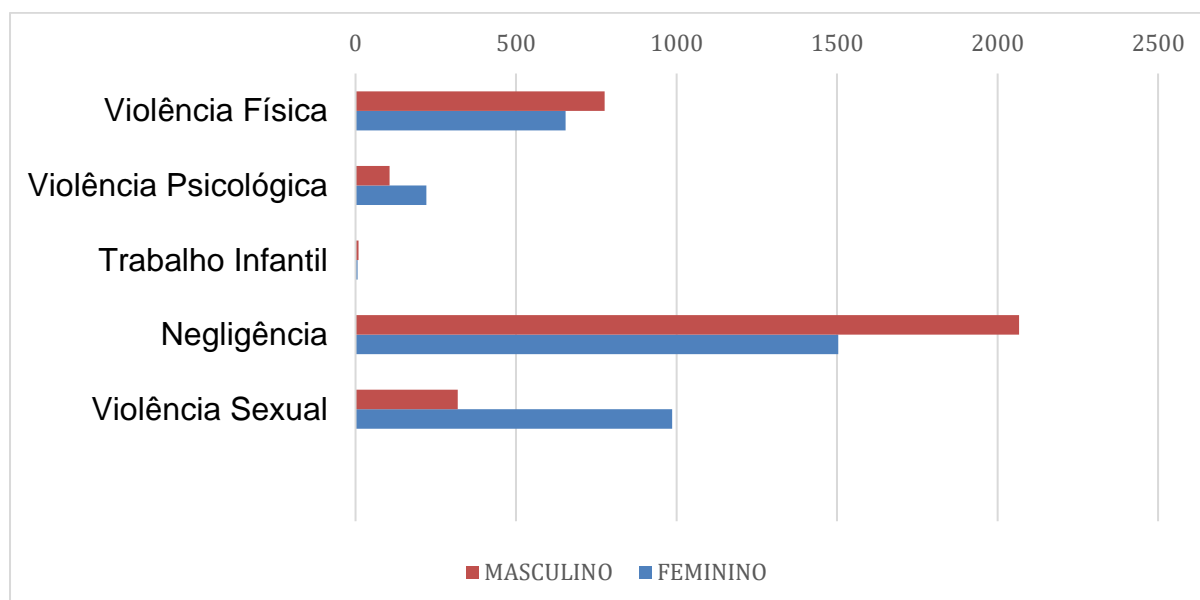
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Corroborando nossas análises, um estudo descritivo baseado nas informações de notificação de violência da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência de Curitiba, evidenciou que as crianças menores de 3 anos estão mais expostas a negligência quando comparadas a criança dos outros grupos etários (EGRY et al., 2015).

Cabe ressaltar que essa faixa etária de zero a três anos é considerada a fase da primeira infância, sendo fundamental para a formação de diversos aspectos do desenvolvimento humano, como: motores, físicos, sociais, psicológicos, comunicativos, entre outros. Diante desse contexto a criança nessa fase ao ser exposta a violência, apresenta uma tendência de desenvolvimento com influências negativas, acarretando diversos impactos nocivos para a vida adulta (PORTUGAL, 2009).

Quanto ao sexo em relação a notificação de violência infantil, de modo geral o sexo feminino apresenta maior frequência nos registros, representando 54,9% dos casos, ainda são a maioria com 3,6% e 16,05% dos casos para violência psicológica e sexual respectivamente. Porém analisando as demais categorias de violência, observamos que o sexo masculino representa maioria com 12,6%, 0,14% e 33,6% dos casos para violência física, trabalho infantil e negligência respectivamente, conforme apresentado na figura 3.

Figura 3:Notificações dos Principais Tipos de Violência Infantil, de acordo com o Sexo, Goiânia - GO.

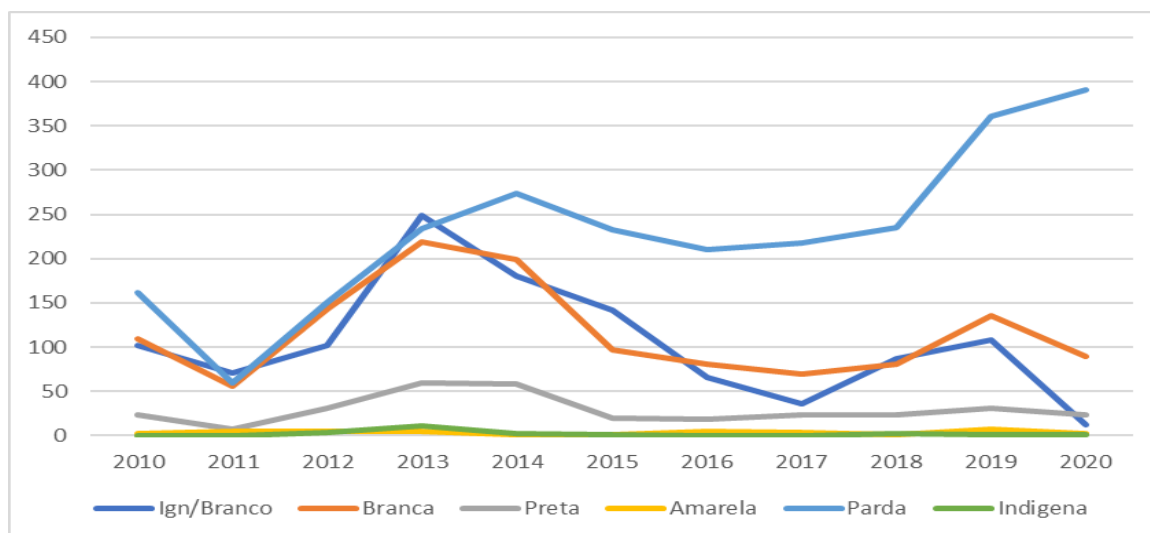


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Em uma pesquisa desenvolvida a partir das notificações de violência infantil em uma capital brasileira apontou que o sexo feminino (73 %) apresenta um percentual maior de registros de violências em relação ao sexo masculino. As meninas são mais acometidas com a violência sexual, física e psicológica (SANTOS et al., 2020).

Ao se analisar os casos de violência relacionados à raça/cor da pele, observamos que foram notificados ao todo 5350 casos correspondendo a 87,1% do total global, sendo, no entanto, a maior proporção de notificações concentradas em dois grupos, os de crianças de cor preta/parda com 53,3% dos casos e em crianças de cor branca com 45,6% (Figura 4).

Figura 4:Notificações dos Principais Tipos de Violência Infantil, segundo Raça/Cor da pele, Goiânia - GO.

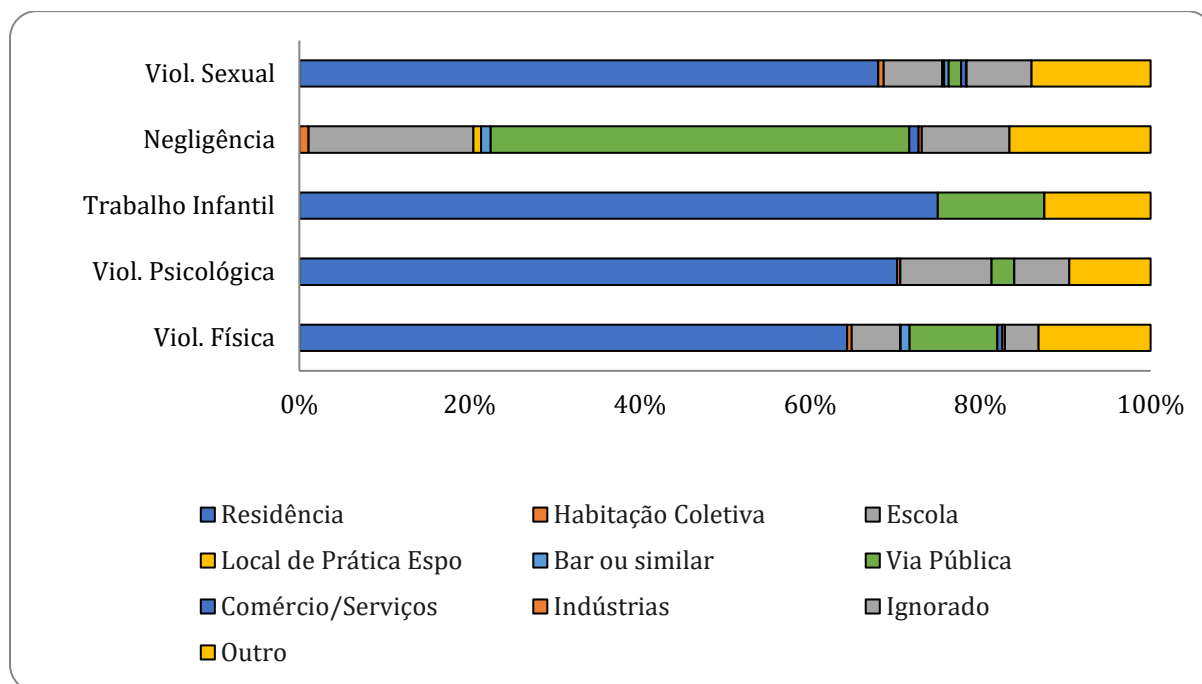


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Em relação a etnia, uma pesquisa de perfil descritivo, com as notificações de violência infantil do ano de 2019, em âmbito nacional e do estado de Goiás corrobora com os achados do presente estudo, demonstrando que as etnias mais acometidas são as pardas, seguidas das brancas (OLIVEIRA et al., 2021).

Quanto ao local de ocorrência da violência, percebeu-se que a maioria ocorre na residência da vítima, sendo a residência o local de maior prevalência na violência sexual, psicológica, física e no trabalho infantil, conforme apresentado na figura 5.

Figura 5: Principais tipos de Violências Infantis, segundo local de ocorrência, com notificações em residentes de Goiânia.

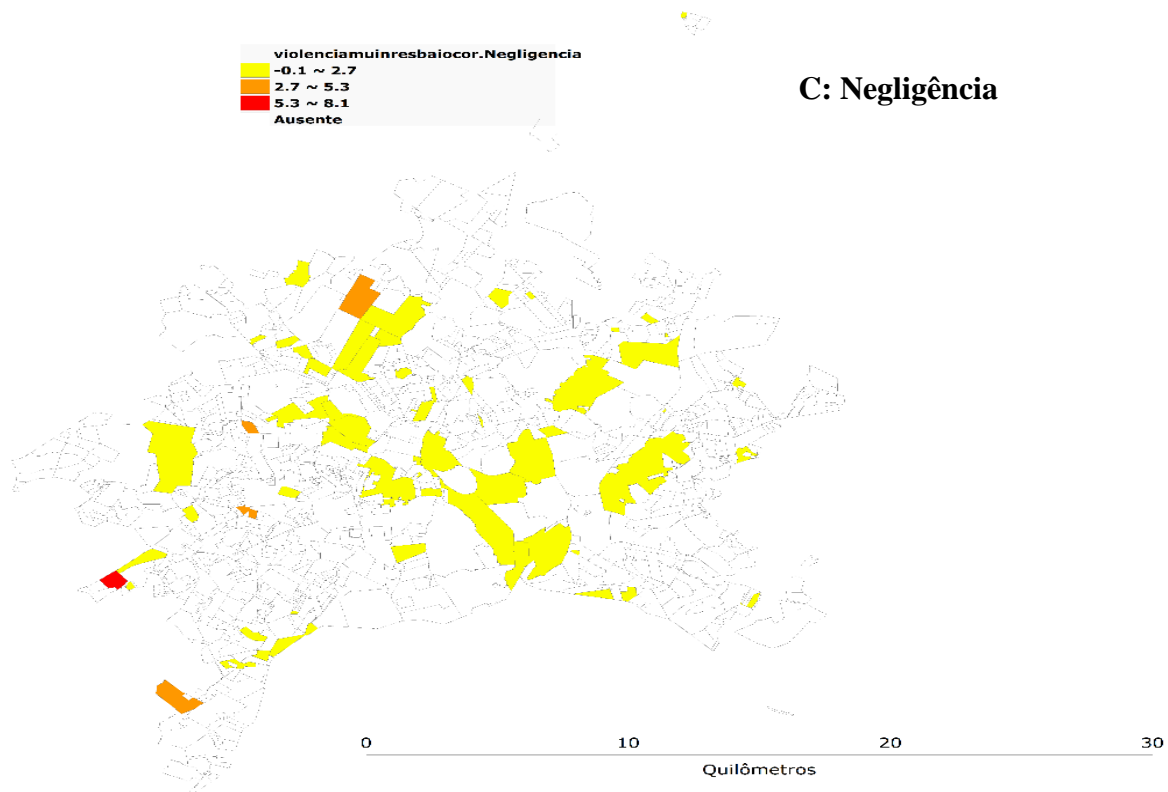


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

A residência da criança é o local de maior registro das violências, em vários estudos a residência é descrita como local de ocorrência da violência, com percentuais que variam de 50% a 85,7% (KATAGUIRI et al., 2019; FARIA et al., 2016; SANTOS et al., 2020). A ideia de que o lar é um local seguro para o desenvolvimento das crianças, é contraditória quando é visto a realidade dos cenários de violência infantil no Brasil, tendo o agressor um acesso livre à residência da vítima ou até mesmo residindo na mesma (NUNES; SALES, 2016).

Figura 6: Georreferenciamento das principais categorias de violência infantil, ocorrência por município residência/bairro, em Goiânia: A) Violência sexual; B) violência física e C) negligência. Expressadas por média de casos notificados.



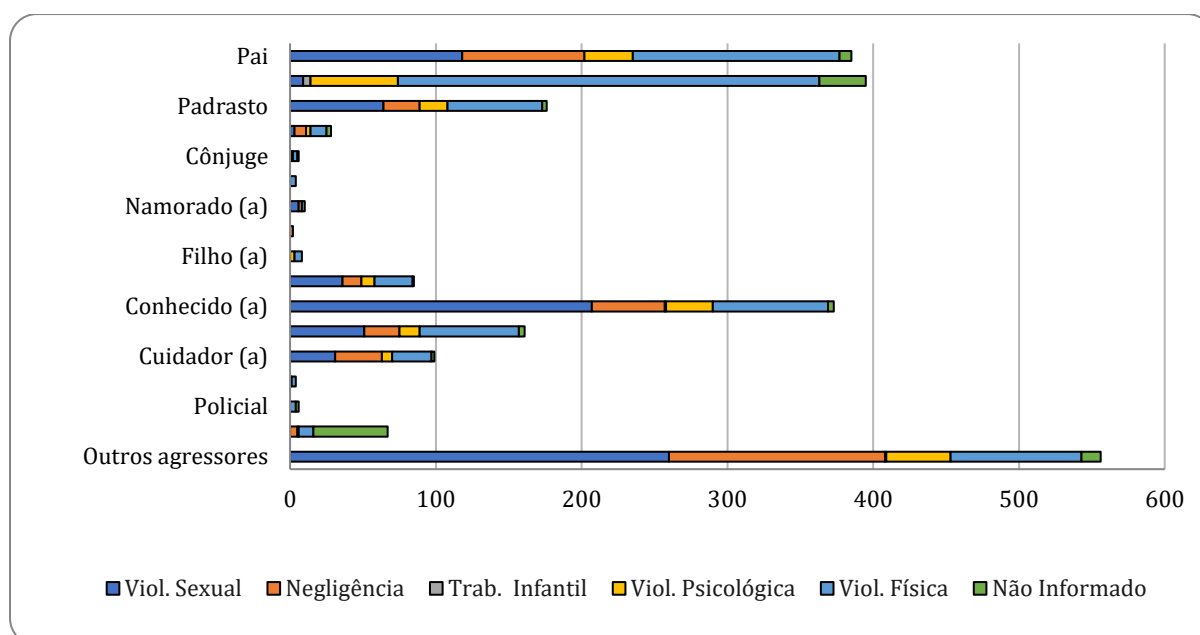


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.

Ao comparar os dados obtidos com os gráficos de georreferenciamento, observamos que nas categorias de negligência e violência física (fig 6. B e C) as zonas periféricas de Goiânia apresentaram maior sensibilidade para a ocorrência de casos, se compararmos os gráficos da figura 5, 6 e 7 podemos observar alguns padrões, a negligência em Goiânia ocorre com maior frequência no âmbito escolar e vias públicas e os maiores agressores nestes casos são ‘outros agressores’ e ‘pai’, a violência física por sua vez tem a residência do infante como maior índice de ocorrências e como agressor a ‘mãe’, o ambiente que deveria ser considerado pela criança como um local seguro e acolhedor, torna-se um ambiente de desamparo ao vivenciarem agressões na sua residência, o convívio com seus agressores pode causar impactos severos no desenvolvimento da criança (DIAS, 2013), de um ponto de vista social, as regiões periféricas de grandes centro urbanos, tem um número maior de habitantes de baixa renda, onde por sua vez a assistência governamental é precária ou muitas vezes não chega (FRANZIN et al., 2014; SOUZA et al., 2014).

Já a violência sexual ocorre com maior frequência na residência (fig. 5) e o seu maior agressor foi identificado no estudo como “outros agressores” e “conhecidos” (fig. 7) o abuso sexual infantil intrafamiliar deflagra o caráter indefeso da criança que precisa ser cuidada, o que a torna ainda mais vulnerável, pois é no lar que a criança precisa se sentir segura e amada (SANCHES et al., 2019) e tem uma distribuição geográfica maior de ocorrências, entretanto existe uma área sensível no setor sudoeste de Goiânia (fig.6).

Figura 7: Principais tipos de Violências Infantis, segundo tipo de agressor, com notificações em residentes de Goiânia.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

No que diz respeito aos agressores de acordo ao tipo de violência, identificamos a Mãe como o agressor que mais teve notificação na categoria violência física, podemos tentar justificar esta ação pela constante presença materna no lar e durante o crescimento do infante, em muitos casos sendo o único genitor presente e o único a contribuir financeiramente para o desenvolvimento do lar, deixando-a muitas vezes em situações estressoras e com pouco acompanhamento institucional (negligência institucional) que se reflete nesse número alto de caso (73,2%), a violência sexual por sua vez é uma categoria que apresenta diversos tipos de agressores, Outros Agressores (46,8%) são os que apresentam uma maior porcentagem, seguidos de Conhecidos (55,5%) e por último o Pai (30,6%), também não podemos ignorar os casos de negligências, nos qual os principais agressores são Outros Agressores (26,6%) e o Pai

(21,8%) olhando os gráficos da figura 5 vemos que a maior incidência desta categoria de negligência ocorre nas creches/escolas, (19,3%) indicando o motivo de Outros Agressores serem a maior porcentagem neste tipo de violência, e por último temos os casos de violência psicológica, nesta categorias os agressores predominantes são os Pais (mãe 15,2% e pai 8,6%), levando em consideração o local de ocorrência é possível corroborar esta informação uma vez que a residência apresenta 70,2% dos casos de violência psicológica,

CONCLUSÃO

Diante dos achados as crianças estão expostas a violências de diversas formas, tendo o período de crescimento e desenvolvimento ameaçados pelo evento de violência, que na maioria dos casos ocorre nas suas residências, por pessoas que deveriam cuidar e proteger.

Nesse sentido, o presente estudo permite observar a necessidade e importância das políticas institucionais e intersetoriais no contexto de enfrentamento à violência por negligência, principalmente quanto ao fortalecimento e estruturação estratégica da rede assistencial voltada para o cuidado materno infantil do município, principalmente nas zonas periféricas, com maior tendência de esquecimento institucional e política, referenciadas nos mapas.

Como as informações apresentadas foram obtidas a partir das notificações, o presente estudo possui como limitação o grau de sensibilidade das unidades e equipes de saúde notificadoras das violências estudadas quanto a captação e inclusão dessas informações no sistema. Desse modo a realização de estudos epidemiológicos (transversais) constituem alternativa a essas limitações, podendo inclusive fornecer melhores estimativas da ocorrência desses agravos na população.

A violência infantil é um tema relevante e constante à saúde pública, apresentando ainda importantes particularidades quanto ao desenvolvimento de políticas públicas, principalmente por meio da atuação articulada dos setores sociais e de saúde como forma de promover e garantir maior cobertura da proteção aos direitos das crianças preconizados pelo ECA no Brasil.

REFERÊNCIAS

FERRARI, D. C., De BONA, A., MATOS, G., ALMEIDA, R., VECCINA, T. C., MIYAHARA, E. T., TEIXEIRA, M. de L., MYAHARA, R. P., & BENTO, W. (1994). Violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Rev. Bras. Psicodrama**, 2(2), 109–116.

JANEIRO, R. DE. (2018). SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL. 1–18.

KRUG, E. G., DAHLBERG, L. L., MERCY, J. A., & ZWI, A. B. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde.

VIOLÊNCIA FAZ MAL À SAÚDE. (2004). <http://www.saude.gov.br/editora>

DA SILVA VADS/. VA. Violência Intrafamiliar: Abuso Sexual Infantil. Clube de Autores; 2012. 133 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

DIAS, D. A violência intrafamiliar infantil e suas consequências. Nov. 2013. Disponível em: <https://www.comportese.com/2013/11/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suasconsequencias>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on violence and health. Geneva: WHO, 2002. **WHO Technical Report Series**, v. 866, 2002.

MORESCHI, M. T. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Editora Iglu, 2001.

MATA, N. T.; SILVEIRA, L.M.B. da; DESLANDES, S.F. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2881-2888, set. 2017.

PASIAN, M. S. et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando famílias**, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013.

EGRY, E. Y. et al. Compreendendo a negligência infantil na perspectiva de gênero: estudo em um município brasileiro. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, p. 0556-0563, 2015.

PORTUGAL, G. **Desenvolvimento e aprendizagem na infância**. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). Relatório do estudo: A educação das crianças dos 0

aos 12 anos. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

SANCHES, L. D. C., GABRIELA, G. DE, RAMOS, M., ROZIN, L., & RAULI, P. M. F. (2019). Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. *Revista Iberoamericana de Bioética*, 9, 1–13. <https://doi.org/10.14422/rib.i09.y2019.003>

SANTOS, L. F. et al. Perfil da violência contra crianças em uma capital brasileira. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 1, p. 36-43, 2020.

SOUZA, C. D. S., COSTA, M. C. O., ASSIS, S. G. D., MUSSE, J. D. O., SOBRINHO, C. N., & AMARAL, M. T. R. (2014). **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 773-784. <https://doi.org/10.1590/2175-623664089>.

FARIAS, M. S. et al. Caracterização das notificações de violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período 2006-2008. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 799-806, 2016.

FRANZIN, L. C. DA S., OLANDOVSKI, M., VETTORAZZI, M. L.T., OZETTO, G., WERNECK, R. I., MOYSÉS, S.J., KUSMA, S. Z., MOYSÉS, S. T. (2014). Child and adolescent abuse and neglect in the city of Curitiba, Brazil. *Child Abuse & Neglect*, 38(10),1706-1714

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciencia & saude coletiva**, v. 21, p. 871-880, 2016.

OLIVEIRA, I. A.; MACHADO, H. C.P.; LIMA, B. M. Y.; AQUINO, E. V. de O.; FARIA, M. R. G. V. de. Violência contra crianças: avaliação das características epidemiológicas no Brasil e no estado de Goiás. **Revista Educação em Saúde**, v.9, n.1 p.51-60,2021.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.